



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2022

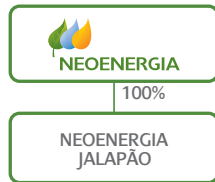
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
Ao apresentar os resultados de 2022, a Neoenergia Jalapão Transmissão De Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA JALAPÃO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

A Neoenergia Jalapão Transmissão De Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

1.1. Estrutura Societária
Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 02/2017 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Tocantins, Piauí e Bahia, compostas pela Linha de Transmissão Miracema – Gilbués II, em 500kV, circuito simples, terceiro circuito, com origem na Subestação Miracema e término na Subestação Gilbués II; Linha de Transmissão Gilbués II – Barreiras II, em 500kV, circuito simples, segundo circuito, com origem na Subestação Gilbués II e término na Subestação Barreiras II. A Companhia iniciou parcialmente sua operação comercial em 29 de dezembro de 2021, começando a partir de então o fluxo financeiro de entrada da RAP, sendo a sua entrada em operação comercial de forma integral em janeiro de 2022.

Em 2022, a taxa de disponibilidade da Companhia foi de 99,99%. O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão. Nos últimos três anos, a Companhia esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS:



3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em operação

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas					
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT Miracema – Gilbués II	3	500kV	418	29/12/2021	09/03/2048
LT Gilbués II – Barreiras II	2	500kV	311	16/01/2022	09/03/2048

4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos como um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	2022	2021
Receita operacional líquida	3 247.550	639.410
Custos dos serviços	(8.131)	(307.960)
Custos de construção	4 (750)	(306.056)
Custos de operação	5 (7.381)	(1.904)
Lucro bruto	239.419	331.450
Perdas de crédito esperadas	(240)	(5)
Despesas gerais e administrativas	5 (7.193)	(4.202)
Lucro operacional	231.986	327.243
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	6 7.386	1.195
Despesas financeiras	6 (84.817)	(102.790)
Outros resultados financeiros, líquidos	6 (544)	(568)
	(77.975)	(102.163)
Lucro antes dos tributos	154.011	225.080
Tributos sobre o lucro	(52.424)	(76.527)
Diferido	7.1.1 (52.424)	(76.527)
Lucro líquido do exercício	101.587	148.553
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:	15.2 0,18	0,27

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	101.587	148.553
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	101.587	148.553

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	290.886	14.648	242.210	819
Capital integralizado	34.000	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	101.587
Destinação do lucro (nota 14.2.b):				
Reserva legal	-	5.079	-	(5.079)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(24.127)
Reserva especial de dividendos não distribuídos	-	-	72.381	(72.381)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	324.886	19.727	242.210	660.023
Saldos em 31 de dezembro de 2020	238.486	7.220	136.366	819
Capital integralizado	52.400	-	-	52.400
Lucro líquido do exercício	-	-	-	148.553
Destinação do lucro (nota 14.2.b):				
Reserva legal	-	7.428	-	(7.428)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(35.281)
Reserva de lucros a realizar	-	-	105.844	(105.844)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	290.886	14.648	242.210	819

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 02/2017 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Tocantins, Piauí e Bahia, compostas pela Linha de Transmissão Miracema – Gilbués II, em 500kV, circuito simples, terceiro circuito, com origem na Subestação Miracema e término na Subestação Gilbués II; Linha de Transmissão Gilbués II – Barreiras II, em 500kV, circuito simples, segundo circuito, com origem na Subestação Gilbués II e término na Subestação Barreiras II. A Companhia iniciou parcialmente sua operação comercial em 29 de dezembro de 2021, começando a partir de então o fluxo financeiro de entrada da RAP, sendo a sua entrada em operação comercial de forma integral em janeiro de 2022. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2022/2023 é de R\$166.813 (R\$149.299 para o ciclo 2021/2022), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da assinatura do contrato de concessão, datado de 08/03/2018. 1.1. **Gestão de risco financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. 1.1.1. **Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge. • O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desdobramentos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais	101.587	148.553
Lucro líquido do exercício		
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	191	25
Baixa de ativos não circulantes	5	-
Tributos sobre o lucro	52.424	76.527
Resultado financeiro, líquido	77.975	102.163
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(18.355)	(548)
Concessão serviço público (ativo contratual)	(103.707)	(700.962)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	(37.375)	(126.401)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	21	(490)
Outros tributos a recuperar e encargos setoriais, líquidos	12.039	61.543
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(258)	(1.776)
Outros ativos e passivos, líquidos	(2)	15.409
Caixa líquidos proveniente (consumido) das operações	84.545	(425.957)
Encargos de dívidas pagas	(17.229)	(11.239)
Rendimentos de aplicações financeiras	7.497	1.201
Caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais	74.813	(435.995)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.670)	(3.688)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(1.670)	(3.688)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	18.790	234.644
Pagamento dos custos de captação	(2.367)	-
Remuneração paga ao acionista	(35.281)	-
Aumento de capital	34.000	52.400
Mútuos recebidos (aplicados)	(58.975)	51.794
Caixa (consumido) gerado nas atividades de financiamento	(43.833)	338.838
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	29.310	(100.845)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	44.930	145.775
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	74.240	44.930

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Ativo Circulante	8	74.240
Caixa e equivalentes de caixa	8	18.909
Contas a receber de clientes e outros	9	1.976
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	335
Outros tributos a recuperar		149.846
Concessão do serviço público (ativo contratual)	10	664
Outros ativos		200.141
Total do circulante		259.426
Não circulante		
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	10
Outros tributos a recuperar		21
Depósitos judiciais	13	3.070
Concessão do serviço público (ativo contratual)	10	1.708.554
Imobilizado		4.927
Intangível		583
Total do não circulante		1.807.416
Total do ativo		2.066.842
Passivo Circulante		
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	11	25.606
Empréstimos e financiamentos	12.2	15.229
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		1.327
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2	4.560
Dividendos e juros sobre capital próprio	15.2	35.281
Contas a pagar de operações de mútuo	14	-
Outros passivos		3.492
Total do circulante		74.341
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	12.2	922.029
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	203.259
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2	183.977
Provisões	13	16.945
Outros passivos		6.268
Total do não circulante		1.332.478
Patrimônio líquido	15	1.203.418
Atribuído ao acionista da Companhia		660.023
Total do patrimônio líquido		660.023
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.066.842

de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país. Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 12). 1.1.4. **Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez. 1.1.5. **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito. É realizado o alongamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2022. **Ratings de longo prazo em escala nacional**

	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	-	-	AA
Banco Itaú	AAA	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
BASA	-	-	AA

1.2. **Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Risco operacional - subestações e usinas	31/05/2022 a 30/05/2023	849.548
Responsabilidade civil geral - operações	31/05/2022 a 30/05/2023	100.000
Responsabilidade civil - drones	15/06/2022 a 15/06/2023	647
Veículos - operacional	31/05/2022 a 30/05/2023	1.000

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. **Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 30 de janeiro de 2023. 2.2. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. 2.3. **Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas às estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.a. 2.4. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota Estimativas e julgamentos significativos

- 7.1.2. Tributos sobre o lucro diferidos
- 9.1. Perdas de crédito esperadas
- 10. Concessão do serviço público (ativo contratual)
- 13. Provisão para processos judiciais
- 17.2. Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5. **Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:**

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados a operação do contrato).	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras. **b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2023:**

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2022	2021
Construção de infraestrutura da concessão	13.931	546.020
Remuneração do ativo contratual	201.240	158.555
Receita de operação e manutenção	14.617	59
Ganho (perda) na RAP ⁽¹⁾	45.058	(50)
Outras receitas	57	-
Receita operacional bruta	274.903	704.584
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(27.353)	(65.174)
Receita operacional líquida	247.550	639.410

⁽¹⁾ A variação refere-se principalmente a atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual.

3.1. Deduções da receita bruta

Tributos gerais	2022	2021
PIS e COFINS – correntes	(15.836)	(51)
PIS e COFINS – diferidos	(9.593)	(65.123)
	(25.429)	(65.174)

Encargos setoriais

Encargos do Consumidor – PROINFA	(1.539)	-
Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica – TFSEE	(385)	-
	(1.924)	-
Total	(27.353)	(65.174)

3.2. Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato. A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº 04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, e de uma adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 13%.a.a. e 18%.a.a., nominal e antes dos impostos. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 8,0%.a.a. e 11,5%.a.a.

4. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2022	2021
Pessoal e benefícios a empregados	(600)	(6.402)
Material	187	(93.926)
Serviços de terceiros	53	(196.939)
Outros	(390)	(8.789)
Total	(750)	(306.056)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2022			2021		
	Custos de operação	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos de operação	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(3.469)	(3.226)	(6.695)	(761)	(3.594)	(4.355)
Administradores	-	(647)	(647)	(8)	(126)	(134)
Serviços de terceiros	(3.221)	(1.223)	(4.444)	-	(25)	(25)
Depreciação e amortização	-	(191)	(191)	-	(2)	(2)
Provisão para processos judiciais	-	(19)	(19)	-	(13)	(13)
Impostos, taxas e contribuições	(32)	(68)	(100)	-	-	-
Despesas de viagem	(318)	(732)	(1.050)	-	-	-
Propaganda e publicidade	-	(756)	(756)	(1.096)	-	(1.096)
Outras receitas e despesas, líquidas	(341)	(331)	(672)	-	(441)	(441)
Total	(7.381)	(7.193)	(14.574)	(1.904)	(4.202)	(6.106)

	2022			2021		
	Custos de operação	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos de operação	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(761)	(3.594)	(4.355)	(761)	(3.594)	(4.355)
Serviços de terceiros	(8)	(126)	(134)	(8)	(126)	(134)
Depreciação e amortização	-	(25)	(25)	-	(2)	(2)
Provisão para processos judiciais	-	(2)	(2)	-	(13)	(13)
Impostos, taxas e contribuições	-	(13)	(13)	-	-	-
Venda de sucata	(1.096)	-	(1.096)	(1.096)	-	(1.096)
Propaganda e publicidade	-	(441)	(441)	-	(441)	(441)
Outras receitas e despesas, líquidas	(39)	(1)	(40)	(39)	(1)	(40)
Total	(1.904)	(4.202)	(6.106)	(1.904)	(4.202)	(6.106)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	7.497	1.201
PIS e COFINS sobre receita financeira	(363)	(60)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	6	-
Atualização de depósitos judiciais	223	50
Outras receitas financeiras	23	4
	7.386	1.195
Despesa financeira		
Encargos sobre instrumentos de dívida ⁽¹⁾	(80.202)	(95.609)
Atualização de provisões para processos judiciais	(684)	-
Encargos sobre mútuo	(1.605)	(3.479)
IOF	(117)	(1.974)
Outras despesas financeiras	(2.209)	(1.728)
	(84.817)	(102.790)

Outros resultados financeiros, líquidos
 Perdas com variações cambiais e monetárias (600) (603)
 Ganho com variações cambiais e monetárias 56 35
Total (544) (568)
Resultado financeiro, líquido (77.975) (102.163)

⁽¹⁾ Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA) e apropriação dos custos de captação.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. 7.1.1. **Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	2022	2021	
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	154.011	225.080	
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(52.364)	(76.527)	
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:			
Multas indedutíveis	(8)	-	
Outras reversões permanentes	(52)	-	
Tributos sobre o lucro	(52.424)	(76.527)	
Alíquota efetiva	34%	34%	
Diferido	(52.424)	(76.527)	
7.1.2. Tributos diferidos			
	IR/CSLL	2022	2021
Ativo			
Provisão participação nos lucros e resultados	183	722	
Prejuízo fiscal e base negativa	60.151	45.857	
Outros	918	216	
Total diferenças temporárias – ativo	61.252	46.795	
Passivo			
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(264.511)	(197.630)	
Total diferenças temporárias – passivo	(264.511)	(197.630)	
Tributos sobre o lucro diferidos passivos, líquidos	(203.259)	(150.835)	

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2022	2021			
Saldo inicial do exercício					
Efeitos reconhecidos no resultado	(150.835)	(74.308)			
Saldo final do exercício	(52.424)	(76.527)			
A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:					
	2024	2025	2026	2027	Entre 2028 e 2033
Ativo fiscal diferido	2.941	3.346	4.086	5.032	33.931

7.1.3. Tributos correntes ativos

	2022	2021
Imposto de Renda – IR	1.873	991
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	113	4
Ativo	1.986	995
Ativo circulante	1.976	995
Ativo não circulante	10	-

7.1.4. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

7.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	2022	2021
Programa de Integração Social – PIS ⁽¹⁾	32.565	30.675
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS ⁽¹⁾	150.008	141.297
Outros	5.292	3.194
Outros tributos	187.865	175.166
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	96	-
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	452	-
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	64	-
Ministério de Minas e Energia – MME	48	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	12	-
Encargos setoriais	672	-
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	188.537	175.166
Circulante	4.560	3.264
Não circulante	183.977	171.902

⁽¹⁾ Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	3.202	78
Fundos de investimento	71.038	44.852
	74.240	44.930

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2022 e de 100,3% do CDI (99,3% em 31 de dezembro de 2021). A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

Carteira	2022	2021
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	71.038	44.852
	71.038	44.852

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2022		2021			
	Perdas de crédito a receber	Contas a receber	Perdas de crédito a receber	Contas a receber		
	Receivél	esperadas	líquidos	Receivél	esperadas	líquidos
Concessionárias	19.154	(245)	18.909	553	(5)	548
	19.154	(245)	18.909	553	(5)	548

O *aging* do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2022		2021	
	Receivél	Perdas de crédito esperadas	Receivél	Perdas de crédito esperadas
A vencer	18.955	(146)	553	(5)
Saldos vencidos:				
90 dias	53	(11)	-	-
entre 91 e 180 dias	54	(22)	-	-
entre 181 e 365 dias	92	(66)	-	-
	19.154	(245)	553	(5)

9.1. Variação das perdas de crédito esperadas – PCE

	2022	2021
Saldo inicial do exercício		
Adições	(5)	-
Reversões	(252)	(5)
Saldo final do exercício	(245)	(5)

9.2. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 17.5) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas. A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia. A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

10. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a

NEOENERGIA JALAPÃO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.443.567/0001-51 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

Os valores deliberados ao acionista da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2022			
AGO de 29 de abril de 2022	Dividendos mínimos obrigatórios	35.281	0,06
		<u>35.281</u>	<u>0,06</u>

A remuneração a pagar ao acionista está apresenta como segue:

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	35.281	-
Dividendos distribuídos ⁽¹⁾	24.127	35.281
Dividendos pagos no exercício	(35.281)	-
Saldo em 31 de dezembro	24.127	35.281

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia deliberou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$24.127. Em abril de 2022, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 2021 no montante de R\$35.281, pagos no mês de dezembro de 2022. **15.3. Reservas de lucros:** **a) Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. **b) Reserva de lucros a realizar:** Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar ao acionista. **c) Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976. **15.4. Política contábil:** O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionista) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração ao acionista é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelo acionista.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com o acionista e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos; e (iv) mútuos.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

16.1. Saldo em aberto com partes relacionadas

Ativo	Neoenergia e suas subsidiárias	
	2022	2021
Contas a receber e outros ^(a)	2.451	-
Compartilhamento de pessoal ^(c)	136	31
	<u>2.587</u>	<u>31</u>
Passivo		
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	456	380
Contas a pagar de mútuo ^(d)	-	58.975
Dividendos a pagar ^(e)	24.127	35.281
Compartilhamento de pessoal ^(c)	415	301
	<u>24.998</u>	<u>94.937</u>

16.2. Transações com partes relacionadas

Resultado do exercício	Neoenergia e suas subsidiárias	
	2022	2021
Receita operacional líquida ^(a)	22.664	-
Custo dos serviços ^(b)	(3.018)	-
Despesas gerais e administrativas ^(c)	(1.844)	(2.842)
Resultado financeiro, líquido	<u>(1.596)</u>	<u>(3.472)</u>
	<u>16.206</u>	<u>(6.314)</u>

16.3. Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (a) Contrato de conexão ao sistema de transmissão (TUST e CCT), com vigência até 2027, corrigidos, anualmente, pela correção do IPCA. (b) Contrato de ser-

viço de operação e manutenção com a Elektro O&M. (c) Contrato de compartilhamento de recursos humanos entre as empresas do grupo Neoenergia. (d) Contrato de mútuo financeiro firmado com a Neoenergia S.A., liquidado em janeiro de 2022. (e) Dividendos a serem pagos pela Companhia.

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
(a)	Norte Energia	TUST	IPCA	25 anos	2048	748	7.072
(a)	Coelba	TUST	IPCA	25 anos	2048	519	4.636
(a)	Elektro	TUST	IPCA	25 anos	2048	377	3.347
(a)	Celpe	TUST	IPCA	25 anos	2048	280	2.484
(b)	Elektro O&M	O&M	IPCA	5 Anos	2026	(456)	(3.018)

16.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave): As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de administração da Companhia reconhecidos no resultado do período pelo regime de competência, estão apresentadas como segue:

Salários e benefícios recorrentes	2022	372
Outros benefícios de curto prazo	123	
Benefícios de longo prazo	152	
	<u>647</u>	

Os honorários e benefícios de parte dos administradores da Companhia estão reconhecidos no resultado do controlador ou em sociedades sob controle comum. Em 31 de dezembro de 2021 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2022		2021	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3.202	71.038	78	44.852
Contas a receber de clientes e outros	19.154	-	553	-
Outros ativos financeiros	136	-	31	-
	<u>22.492</u>	<u>71.038</u>	<u>662</u>	<u>44.852</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	25.606	-	62.437	-
Empréstimos e financiamentos	937.258	-	857.878	-
Outros passivos financeiros	9.740	-	67.565	-
	<u>972.604</u>	<u>-</u>	<u>987.880</u>	<u>-</u>

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

17.2. Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 17.7 – análise de sensibilidade. **17.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR”):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2022		2021	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	71.038	71.038	44.852	44.852
	<u>71.038</u>	<u>71.038</u>	<u>44.852</u>	<u>44.852</u>

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **17.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”):** Ins-

trumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2022		2021	
	Saldo Estimativa de contábil justo (nível 2)	Saldo Estimativa de contábil justo (nível 2)	Saldo Estimativa de contábil justo (nível 2)	Saldo Estimativa de contábil justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	937.258	876.651	857.878	804.900

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **17.5. Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **17.6. Métodos e técnicas de avaliação:** O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. **17.7. Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2022. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição			
				Saldo/ Nocional)	Cenário Prová- vel	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	71.038	9.725	(1.459)	(2.918)
Passivos financeiros							
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	5,90%	(942.839)	(70.450)	(6.140)	(12.281)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro	Luciana Maximino Maia
Diretor	Diretora

CONTADOR

Tiago Donatti Furgio
CRC-SP-338760/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Valores correspondentes ao exercício anterior* : O exame das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, com data de 17 de fevereiro de 2022. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma

relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar

nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 2023.

Deloitte

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Jônatas José Medeiros de Barcelos Contador CRC nº 1 RJ 093376/O-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 16/02/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/02/16/JALAPAO1567776416022023.pdf>
Hash:1676504530175d4deaeae34af6b5a41d56a1f2eed2